



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

Termo de Referência

1 – OBJETO

Contratação da plataforma “Zênite Fácil”, que consiste em informações que estão concentradas em uma única plataforma, dinâmica e intuitiva, que disponibiliza de forma diferenciada ao acervo sobre contratação pública, que contempla informações sobre a Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e decretos regulamentadores (pregão), Lei nº 12.462/2011 (RDC), Lei nº 13.303/2016 (Estatuto Jurídico das Estatais), dentre outros, facilitando as atividades diárias, possibilitando a rápida obtenção de informações e conferindo segurança à tomada de decisões.

2 – JUSTIFICATIVA

A pesquisa de preços, edital, capacitação, orientação de especialistas, verificação de penalidades aplicadas a fornecedores constituem elementos fundamentais para instrução dos procedimentos de contratação, estando prevista em várias disposições legais e sua obrigatoriedade é reconhecida pela jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU. Uma compra deficiente poderá ensejar uma contratação superfaturada ou inexequível, em ambos os casos, podem acarretar prejuízos à administração pública. Ressalte-se que em certos casos existem prazos a serem cumpridos, em razão de contratos rescindidos unilateralmente, aquisições de equipamentos, peças e outros produtos emergenciais visando a não descontinuidade dos serviços e/ou equipamentos que coloquem em risco a integridade e a saúde dos servidores e que esses prazos têm seu marco inicial a partir da protocolização do pedido de contratação/aquisição. Portanto, é necessário para esta Administração buscar mecanismos que auxiliem na realização da licitação, imprimindo agilidade aos procedimentos de contratação/aquisição.

A área de licitações e contratos é complexa e possui riscos que podem ser minorados com treinamentos, pesquisa sistematizada e inteligente, orientação de especialistas com disponibilidade e capacidade para auxiliar de forma dinâmica, segura e, principalmente, fundamentada, assim, melhorando a performance do processo licitatório. A plataforma objeto desta contratação disponibiliza diversas ferramentas de instrução necessárias à GLC.

3 – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 24, II da Lei 8.666/93.

4 – DO CUSTO ESTIMADO

A contratação do “Zenite Fácil”, cuja detentora dos direitos autorais é a empresa ZENITE INFORMACAO E CONSULTORIA S/A, terá o custo de R\$ 12.228,00 (doze mil duzentos e vinte e oito reais) , para acesso durante o período de 12 (doze) meses, por meio da proposta (Sei nº1269198), com benefícios exclusivos.

5 - PRAZO DE ENTREGA

O acesso ao "Zenite Fácil" será disponibilizado via internet assim que a empresa contratada emitir a nota fiscal.

6 - CONDIÇÕES DE ENTREGA

A contratada deverá fornecer senha de acesso à ferramenta para a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, a partir da emissão da nota fiscal, por um período de 12 meses.

7 - VIGÊNCIA DO CONTRATO

A presente contratação terá vigência por 12 (doze) meses a partir da assinatura.

8 - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante ordem bancária, até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em duas vias, com todos os campos preenchidos, sem erros, sem rasuras, dentro do prazo de validade e atestada pelo Gerente de Licitações e Contratos - GLC.

Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá comprovar sua adimplência com o Ministério da Fazenda por intermédio das certidões: "Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União", "Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros", "Certidão do FGTS, através da CRF/CEF, e a "Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas".

9 – CONTROLE DA EXECUÇÃO

Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados. A fiscalização da execução contratual deve ser realizada de forma adequada por profissional com experiência na área.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

O representante da Administração anotarará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 9.520, de 2002, a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) não manter a proposta.

A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades constantes da Lei 8.666/93.

RAFAEL SOARES MOTA

Gerente de Licitações e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Soares Mota, Gerente de Licitações e Contratos**, em 11/03/2021, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.antaq.gov.br/>, informando o código verificador **1271639** e o código CRC **ABF422A8**.